



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
GERÊNCIA DE GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

À SUBAD

Senhor Subsecretário,

Trata-se de análise a ser empreendida nos autos de nº **64559459** a respeito da possibilidade de celebrar Termo Aditivo aos Contratos administrativos firmados por diversas secretarias em decorrência da Ata de Registro de Preços SEGER nº 022/2015, Pregão SEGER 016/2015.

Os contratos, celebrados com a empresa MÉTODO TELECOMUNICAÇÕES E COMÉRCIO LTDA, têm por objeto LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES COM CAPACIDADE DE COMUTAÇÃO TDM/IP, cujas características técnicas estão descritas no Anexo I – Termo de Referência.

O objeto proposto para o referido Termo reside na **alteração da Cláusula Quarta dos contratos visando admitir o pagamento a partir da apresentação de RECIBO além de NOTA FISCAL/FATURA.**

Considerando o objeto dos referidos contratos e os questionamentos e consultas já realizadas sobre a forma de faturamento apresentada pela empresa MÉTODO, mediante RECIBO foram acostados aos autos os seguintes documentos:

- *Consulta 152/2007 – Município de Belo Horizonte;
- *Questionamento da SEDES à PGE (fev./2016);
- *Parecer e aprovações, no processo nº 71840273, em resposta à SEDES;
- *OF/SEGER/SUBAD/Nº 022/2016 à Método Telecomunicações;
- *Consulta administrativa da Método à Gerência de Operações Especiais Tributárias – Município de Belo Horizonte;
- *Consulta 036/2016 em resposta à Método;
- *Comunicação da resposta à SEGER/SUBAD;
- *Mensagem eletrônica em que se confirma que a Consulta 036/2016 foi subsidiada com dois contratos firmados com o estado do ES, inclusive com anexos.

A nova consulta feita pela contratada (nº 036/2016) corrobora aquela de 2007 (nº 152) que já havia sido submetida à PGE pela SEDES no início deste ano. Assim, entende o Município de Belo Horizonte que o objeto da contratação oriunda da ARP nº 022/2015 consiste em "inequívoca locação de bens móveis", concluindo pela não incidência do ISSQN.

Todavia, considerando que existem serviços que poderão ser executados por demanda (remanejamentos e treinamentos), na Cláusula Quarta seria mantido faturamento por NOTA FISCAL/FATURA.

Neste sentido, objetivando resolver a controvérsia e possibilitar os pagamentos decorrentes da Locação dos equipamentos de PABX, submetemos à apreciação superior sugerindo o encaminhamento dos autos à PGE para análise da possibilidade jurídica de celebrar o mencionado Termo Aditivo aos diversos contratos celebrados a partir da ARP nº 022/2015, conforme **MINUTA** anexa que, se aprovada, deverá ser divulgada para que cada Secretaria Contratante autorize e celebre a alteração nos respectivos contratos.

Vitória, 19 de agosto de 2016.

Atenciosamente,



KAMILA BROETTO PEGORETTI PIMENTEL

Gerente de Gestão de Contratos e Convênios

GECOV/SUBAD/SEGER



SHEILA CHRISTINA RIBEIRO FERNANDES

Gerente de Recursos Logísticos

GELOG/SUBAD/SEGER